



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR
ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO
DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

Sala de Reuniões da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Brasília, DF, 09 de dezembro de 2008. Horário: 14:30 às 18:00 horas

Coordenação da Reunião: Alberto Costa Lopes (MMA) / Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM)
Relatoria: Marília Passos Torres de Almeida e Cláudia Magalhães (ambas do MMA)

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
ANTAq	Marcos Maia Porto Maria Luíza Gusmão
EMA	Tarcísio Alves de Oliveira
IBAMA	Leonardo Belvino Póvoa
MCidades	Yeda Virgínia Barbosa Antônia Lídia Freitas Espíndola
MCT	Ariane Durec Maciel Silva
MMA	Alberto Costa Lopes Álvaro Roberto Tavares Cláudia Magalhães João Luiz Nicolodi Márcia Oliveira Marília Passos Torres de Almeida Letícia Reis Carvalho Lorenza Alberici da Silva Viviane Rizério
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos Antônio Edson Guimarães Farias
MPOG	Sidney de Freitas Gaspar
SEAP	Felipe Matarazzo Suplicy
MT	Emmânuel Tobias
SEP/PR	Antônio Maurício Ferreira Netto
PETROBRAS	Denise Alho
Coordenações Estaduais do GERCO	João Batista Dias
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra Marise Silva Carneiro Camilo de Lellis Souza
SPU/MPOG	Cristiane Guinancio

Instituições com representantes ausentes: ABEMA, ANAMMA, MDIC, MRE, MTur, MPF, ONG. Os representantes da ABEMA, do MPF e das ONGs não puderam comparecer, pois solicitaram a emissão das passagens aéreas e diárias pelo MMA, mas diante de uma noticiada impossibilidade de emissão das mesmas, não houve tempo hábil para solucionar a questão. De qualquer modo, conforme o art.20 do Regimento Interno do GI-GERCO, aprovado na 30ª Sessão Ordinária, essas despesas correriam por conta dos respectivos órgãos participantes do Grupo.

ITENS DA AGENDA:

1. ABERTURA

Expressando boas vindas a todos, o representante da SECIRM, Comandante Celso Serra, iniciou a 32ª Sessão Ordinária do GI-GERCO. Em seguida, passou a palavra e a coordenação da Sessão ao representante do MMA, Alberto Costa Lopes, que, se apresentando como novo Gerente de Qualidade Costeira e Marinha do MMA (GCM/MMA) e Coordenador Substituto do GI-GERCO, também desejou boas vindas e agradeceu a presença de todos.

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1. Adoção da Agenda

A Agenda da reunião foi aprovada na íntegra, sendo solicitada a inclusão na pauta, pelo representante da SEAP, Felipe Suplicy, de uma apresentação sobre Maricultura Sustentável. Todos ficaram de acordo, entendendo-se que este ponto deverá ser apresentado no item 4 (“Outros Assuntos”).

2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

A Ata da 31ª Sessão Ordinária foi aprovada sem modificações.

3. NOTÍCIAS

Foram apresentados os seguintes assuntos:

3.1. Informe sobre novo coordenador e novos membros do GI-GERCO

Alberto Lopes informou que foi preparada uma minuta de Portaria, entregue ao Comandante Celso Serra para análise, que propõe a consolidação da nova composição do GI-GERCO. Informou ainda que foi entregue, em mãos, Ofício ao Comandante Serra endereçado ao Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz, Secretário da CIRM, solicitando a publicação do Regimento Interno do GI-GERCO, aprovado na 30ª Reunião.

Comandante Serra sugeriu que o Regimento Interno seja publicado no *site* da SECIRM.

Concluído esses informes iniciais, passou-se a uma rodada de apresentação dos presentes.

3.2. Agenda Ambiental Portuária

Alberto Lopes convidou Marcos Maia Porto (ANTAq), para fazer um breve relato sobre o estado da arte da Agenda Ambiental Portuária. Marcos Maia destacou que os portos vêm fazendo a adequação da atividade às conformidades ambientais vigentes, estando ainda aquém do necessário, mas um pouco além do exposto na mídia, inclusive com vários portos já em processo de licenciamento de uma forma ampla, ou seja, incluindo a expansão de suas atividades (Portos de Santos/SP e São Sebastião/SP).

Concordou que é preciso acelerar esse processo de adequação e em especial implantar o planejamento ambiental em consonância com os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ. Há alguns pontos específicos que devem merecer uma ação mais incisiva com base na Agenda.

Lembrou que o processo de confecção de uma legislação ambiental básica, com destaque para a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, iniciada nos anos 80 e completada nos anos 90, somente

estabeleceu os principais elementos de gestão portuária a partir do ano 2000, com a Lei 9966/00, obrigando os portos a fazerem essas adequações em pleno funcionamento.

Os atrasos relevantes, segundo a avaliação da gestão ambiental feita pela ANTAq no ano de 2007 e apresentada nesse GI-GERCO em sua 31ª reunião, são referentes ao Plano de Emergência Individual - PEI, a Auditoria Ambiental e ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS. Lembrou ainda que alguns atrasos devem-se à busca de um melhor equacionamento de como implantar essas conformidades, a exemplo do PEI.

De posse dessa avaliação, o Programa de Capacitação da Agenda Ambiental Portuária (PNCAP) vem sendo revisado para que suas oficinas atendam demandas específicas portuárias, focadas em boas práticas ambientais, trazidas de outros portos nacionais ou estrangeiros. A ANTAq convida seus parceiros para participarem desse processo de revisão, esperando gerar discussões para aperfeiçoamento da legislação pertinente e instrumentos de gestão ambiental portuária.

Alberto Lopes informou que o MMA, a ANTAq e a SEP estão organizando uma Oficina, prevista para acontecer em fevereiro de 2009, com a participação de especialistas e técnicos do setor, que terá como objetivo a definição do escopo da Agenda Ambiental Portuária, bem como elaborar um documento que sirva de referência para os portos na elaboração e implementação de suas agendas ambientais.

João Batista (GERCOs) questionou se as emissões atmosféricas nos portos estão sendo tratadas no escopo da Agenda Ambiental Portuária, sendo informado por Alberto Lopes que o tema, antes de competência da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha do MMA (que se chamava Gerência de Qualidade Costeira e do Ar), agora passou para a atribuição de uma Coordenação específica. Em virtude desta alteração organizacional, está sendo avaliado como o tema se encaixará na Agenda Ambiental Portuária.

Felipe Suplicy (SEAP) questionou se o tema da água de lastro está sendo tratado no âmbito da Agenda Ambiental Portuária.

Cláudia Magalhães (MMA) informou que a questão de introdução de espécies exóticas no país é de competência do Núcleo de Espécies Invasoras, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, cabendo à Gerência de Qualidade Costeira e Marinha o acompanhamento pelo MMA da ratificação da Convenção de Água de Lastro junta à Organização Marítima Internacional (IMO), suas atualizações e sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. A título de esclarecimento, foi informado que existe a NORMAM nº 20 da Marinha do Brasil, que estabelece a necessidade da troca da água de lastro a 200 milhas da costa, como forma de diminuir a possibilidade de introdução de espécies invasoras na costa brasileira. A norma está disponível no *site* da Diretoria de Portos e Docas (DPC) da Marinha do Brasil.

3.3. Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha

Alberto Lopes cedeu a palavra para João Luiz Nicolodi, técnico da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha do MMA, para fazer uma breve apresentação sobre o Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha. O técnico enfatizou que se trata de um instrumento de gestão do território previsto pela legislação do Gerenciamento Costeiro (Lei 7661/88 e Decreto 5300/04), que reúne informações - em escala nacional - sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da Zona Costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais. Além disso, oferece subsídios para a articulação intersetorial e interinstitucional na órbita dos órgãos federais, no que se refere aos planos e projetos que possam afetar os espaços costeiros. O Macrodiagnóstico, que está em sua segunda publicação – a primeira data de 1996 - encontra-se na gráfica para impressão. As respectivas cartas estão disponíveis em versão digital no *site* www.mma.gov.br/sigercom. Um modelo do Macro circulou entre os presentes.

Alberto Lopes informou que está sendo estruturada uma estratégia na Gerência de Qualidade Costeira e Marinha para que o Macrodiagnóstico e outras publicações da unidade cheguem às

instituições que demandam o uso destes instrumentos como subsídio para decisões e ações de gestão costeira.

Felipe Suplicy, da SEAP, registrou a importância de que a base de dados georreferenciada do Macrodiagnóstico seja disponível para *download*, num formato que possibilite ao público utilizá-la, cruzando-a com seus próprios dados. Nesse sentido, João Nicolodi informou que a base de dados do Macrodiagnóstico está em acordo com o sistema internacional de publicações e que o MMA está reformando seu sistema (SIGERCOM), para que, em breve, esse tipo de acesso aos dados seja possível.

3.4. Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo

Passando para o próximo item da agenda, Alberto Lopes convidou Letícia Carvalho, técnica da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha do MMA para dar o informe sobre os mapeamentos de sensibilidade ambiental ao derramamento de óleo. Letícia explicou que, em dezembro de 2007, foi dado início aos trabalhos de mapeamento da Bacia do Espírito Santo (ES), por intermédio de parceria entre o MMA, o CNPq e o CT-Hidro. O investimento do MMA foi de 1 milhão de reais e a seleção de projeto foi feita por intermédio do Edital MCT/CT-HIDRO/MMA/CNPq nº 29/2007. A execução dos trabalhos está a cargo do INPE, em parceria com a UFES.

Em 01/08/08, foi lançado o “Atlas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo da Bacia Marítima de Santos” (Cartas SAO), na sede do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), no Rio de Janeiro. O evento foi presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e participaram representantes do setor de produção e exploração de petróleo e gás.

As cartas foram elaboradas pela Gerência de Qualidade Costeira e Marinha da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, com a participação de 9 universidades e instituições de pesquisa situadas na região de estudo e vocacionadas para o mar. Com uma tiragem de 1.500 exemplares, o Atlas traz informações sobre a sensibilidade ao óleo da linha de costa e demais atributos tais como a ocorrência de espécies ameaçadas e de ativos ambientais, a localização de vias de acesso (estradas, atracadouros, heliportos), com vistas a estabelecer as prioridades de proteção no caso de acidentes com derrames de óleo. Além disso, as Cartas SAO fornecem subsídios ao planejamento ambiental para o desenvolvimento da produção de óleo e gás *offshore*. O Atlas da Bacia de Santos é composto por 33 Cartas SAO, sendo 1 na escala de 1:750.000 (estratégica), 10 na escala de 1:150.000 (tática) e 22 na escala de 1:50.000 (operacional).

O desenvolvimento do Plano Cartográfico encontra-se no seguinte estágio:

- Ceará-Potiguar - concluído em 2004, com recursos do MMA
- Santos - concluído em 2008, com recursos do CT-Petro
- Sergipe-Alagoas/Pernambuco-Paraíba - conclusão prevista para JUL/09, com recursos plenamente assegurados pelo MMA
- Sul da Bahia - conclusão prevista para JUL/09, com recursos plenamente assegurados pelo MMA
- Espírito Santo - conclusão prevista para DEZ/2009, com recursos plenamente assegurados pelo MMA
- Campos - previsão para início em 2009 e conclusão em 2010
- Pará-Maranhão-Barreirinhas; e Foz do Amazonas - previsão para início em 2009 e conclusão em 2011
- Pelotas - previsão para início em 2010 e conclusão em 2011.

Lorenza Silva, técnica da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha do MMA, complementou a fala de Letícia, informando que as bacias Sergipe-Alagoas/Pernambuco-Paraíba e a do Sul da Bahia já foram mapeadas, faltando apenas a conclusão da base cartográfica. No tocante à Bacia do Espírito Santo, está em fase de coleta de dados de campo, sendo provável o seu lançamento para o final de 2009.

Alberto Lopes destacou as Cartas SAO como importante ferramenta para os órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs).

Todos os integrantes do GI-GERCO receberam um exemplar do Atlas da Bacia de Santos.

3.5. II Seminário do Projeto Orla e Oficinas com as CTEs

Dando continuidade à Agenda, Alberto Lopes convidou Márcia Oliveira para fazer uma exposição sobre o Projeto Orla, sob sua coordenação. Márcia comentou que o Projeto vem sendo implementado desde 2001 e que, neste tempo, foram alcançados diferentes níveis de capacidades locais e de desafios distintos em cada município. Esta e outras razões suscitaram a necessidade de uma avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla para a identificação de estratégias de sua continuidade.

A avaliação foi coordenada pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), e os resultados foram apresentados durante o *II Seminário Nacional do Projeto Orla: avaliação e diretrizes para o seu fortalecimento*, realizado de 6 e 8 de agosto, em Salvador - BA. O evento teve como objetivo discutir os resultados e as propostas da pesquisa de avaliação do Projeto com estados, municípios e sociedade civil.

Três aspectos-chave foram destacados no relatório da Pesquisa de Avaliação como pilares para a sustentabilidade do Projeto Orla, notadamente na esfera municipal: (a) comprometimento político; (b) capacidade técnica local – recursos humanos e físicos; e (c) nível de articulação para a gestão compartilhada da orla marítima.

Desta forma, conforme encaminhado no Seminário, em outubro, teve início uma série de oficinas para capacitação das Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla (CTEs). O objetivo é dinamizar a atuação deste fórum como impulsionador dos processos em andamento e como fomentador de novos processos, por meio do estabelecimento de agendas estaduais do Projeto Orla. Na primeira etapa já foram atendidos os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Já estão confirmados encontros em Belém (PA), nos dias 7 e 8 de janeiro; Fortaleza (CE), 4 e 5 de fevereiro; Rio de Janeiro (RJ), 4 e 5 de março; Florianópolis (SC), 18 e 19 de março; Recife (PE), 1 e 2 de abril; e Sergipe (SE), 15 e 16 de abril.

Os relatórios finais de Avaliação do Projeto Orla e do II Seminário Nacional estão disponíveis na página do MMA (www.mma.gov.br/projetoorla).

Márcia Oliveira finalizou, dizendo que os resultados de todos esses trabalhos devem conduzir a uma revisão do Projeto Orla no âmbito do GI-GERCO e do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira.

Cristiane Guinancio (SPU/MPOG) destacou que é importante que os demais Ministérios que compõem o GI-GERCO se integrem ao Projeto Orla, principalmente no que se refere aos investimentos. Além de ser necessária a integração/articulação dos investimentos dos Ministérios, interessa que, a título de incentivo, os municípios que aderiram ao Projeto Orla sejam priorizados na concessão de investimentos pertinentes à implementação dos Planos de Gestão Integrada (PGIs).

Márcia Oliveira ratificou este entendimento, frisando que esta integração de investimentos está dentro do escopo do próprio PAF.

Alberto Lopes destacou também que os atores locais e estaduais devem se mobilizar para buscarem essa integração e articulação, construindo uma agenda própria.

Márcia Oliveira lembrou que já existe um esforço de integração do Ministério das Cidades com o Projeto Orla, que incentiva a inserção dos PGIs nos Planos Diretores municipais.

Marcos Maia (ANTAq) sugeriu que a discussão do Projeto Orla seja levada para o setor portuário, chamando atenção para a problemática da relação porto-cidade, bem como colocando a importância de que os portos se integrem a instrumentos de ordenamento territorial.

3.6. Resultados do Simpósio Nacional sobre Erosão Costeira

Alberto Lopes convidou João Nicolodi para fazer o relato do I Simpósio Nacional sobre Erosão Costeira, realizado entre os dias 25 e 28 de agosto de 2008, na cidade do Recife/PE.

João explicou que o evento decorreu da incipiência de diretrizes para atuação do poder público no que diz respeito aos problemas decorrentes da erosão costeira e sua intrincada relação com o planejamento territorial, que engloba as questões de obras de contenção, financiamento para projetos ou cenários que possam orientar investimentos. Da mesma maneira, não estão sendo incorporadas às políticas de planejamento e ordenamento territorial, os conhecimentos disponíveis sobre o tema, resultando, muitas vezes, no desperdício de recursos públicos, no aumento da vulnerabilidade ambiental, do risco à vida humana e à manutenção do patrimônio. Além disso, não estão claras as orientações quanto às prioridades de pesquisa em ciência e tecnologia voltadas ao estudo do fenômeno em si ou de alternativas de mitigação e adaptação.

O simpósio, realizado em parceria do MMA com o Ministério da Integração Nacional, Programa GOOS (Global Ocean Observing System)/Brasil, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura de Recife e Petrobras, foi estruturado de forma a centrar as discussões em três eixos básicos: Eixo 1 “Suprimento sedimentar e manejo dos aquíferos costeiros: relação com a gestão de bacias hidrográficas”. Eixo 2 “Monitoramento e ferramentas para a gestão costeira sob o prisma da erosão.” e Eixo 3 “Obras de engenharia costeira e sua interação com os instrumentos de gestão de meio ambiente”.

A cidade do Recife foi escolhida para sediar o evento, pois na capital pernambucana foi desenvolvido um projeto experimental – Projeto de Monitoramento Ambiental Integrado (MAI) – que possui um arranjo institucional interessante e pode servir de referência para todo o país.

O documento síntese do I Simpósio Nacional sobre Erosão Costeira 2008, disponível na página www.mma.gov.br/sigercom, é o resumo do pensamento dos que estiveram presente e deve servir de subsídio para tomada de decisão e elaboração de programas e ações.

Comandante Serra (SECIRM) lembrou que na 31ª reunião do GI-GERCO, realizada em 13 de novembro de 2007, foi discutida a importância de, a partir dos resultados desse Simpósio, ser elaborado um Termo de Referência para regulamentar a construção civil na Orla marítima, de forma a evitar a erosão costeira.

João Nicolodi explicou que, durante o Simpósio, não houve tempo suficiente para se construir esse documento, mas os resultados do evento servirão de subsídio para a sua elaboração.

Um extenso debate sobre o assunto teve início entre os presentes, surgindo várias propostas de encaminhamento, tendo sido pactuado, por fim, que:

- o tema deverá ser objeto de discussão do Comitê de Articulação para Instrumentalização dos 3 níveis de Governo, previsto no PAF-ZC/2005, haja vista que, dentre os objetivos específicos deste Comitê está a elaboração de diretrizes de uso e ocupação em escala nacional, regional e microrregional, a partir de informações e produtos de interesse na mediação de conflitos, redução de impactos e construção de cenários para obtenção de alternativas de sustentabilidade, com foco na aquicultura, petróleo, turismo, indústria e expansão urbana.
- O MMA, coordenador do Comitê, deverá providenciar a ativação do grupo, solicitando às instituições integrantes as respectivas representações.
- O Comitê definirá qual seu foco, plano de trabalho e agenda.
- Será proposta uma data para início das atividades do Comitê de Articulação, em seguimento à definição das datas das próximas reuniões da CIRM e do GI-GERCO.

4. OUTROS ASSUNTOS

- Felipe Suplicy (SEAP) informou que a SEAP entre 2004 e 2008 celebrou 12 convênios no valor total de R\$ 7,8 milhões para elaborar os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), como instrumento de planejamento setorial participativo para a seleção de áreas propícias

para a maricultura. Os PLDM são regrados pela IN n. 17/2005 e IN n. 11/2008 e envolvem uma detalhada caracterização sócio-econômica e ambiental da região costeira, elaboração de um SIG (Sistemas de Informações Geográficas) identificando as Unidades de Conservação, atividades usuárias dos recursos costeiros como a pesca, turismo, navegação e lazer; fontes de poluição rural e urbana que possam contaminar os produtos das fazendas marinhas; requerimentos de parâmetros ambientais e biológicos dos organismos cultivados e aspectos logísticos como acesso ao mercado e à serviços e insumos. Através dos PLDM, será proposta a demarcação de parques aquícolas e áreas de preferência para a maricultura em pequena escala, praticada por comunidades tradicionais costeiras. A proposta preliminar de áreas de maricultura passa pela análise de Comitês Estaduais do PLDM e por audiências públicas, antes de ser enviada para análise formal pelo OEMA, Capitania dos Portos e GRPU. Além da necessidade de se avaliar o potencial impactante da maricultura, considerando sua coletividade, o procedimento atual para a obtenção de autorização de uso de áreas em águas da União para maricultura é complexo e extremamente difícil de ser realizado por pequenos produtores agindo isoladamente. Atualmente, de 2.070 solicitações de áreas para maricultura solicitadas individualmente pelo interessado na SEAP, somente três delas conseguiram o licenciamento, sendo duas de grandes empresas e a terceira de uma associação de produtores. Tudo isso está inserido nos objetivos do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, que vem sendo conduzido pela SEAP. Informou ainda que a SEAP está discutindo com a ABEMA a perspectiva de celebração de um convênio para capacitação de analistas ambientais dos órgãos estaduais de licenciamento sobre avaliação de impacto ambiental da aqüicultura, em particular em novas áreas de conhecimento e produção, como o cultivo de peixes e moluscos marinhos. Informou sobre o Projeto Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (DCC), um Termo de Cooperação Técnica com a FAO no valor de US\$ 5 milhões para o desenvolvimento de alternativas econômicas para comunidades costeiras do Nordeste, através da co-gestão dos recursos e através de técnicas simples de maricultura, como o cultivo de algas e moluscos por comunidades extrativistas. Existe outro projeto de cooperação bilateral entre a SEAP e o World Fisheries Trust – WFT do Canadá, com apoio da CIDA no valor de US\$ 3 milhões, para atuar junto a comunidades de marisqueiras em sinergia com o Projeto DCC. Além disso, está sendo criada juntamente com a EMBRAPA uma rede de pesquisa para a cadeia produtiva do bijupirá, em que uma das áreas de pesquisa prevê a adaptação, calibração e validação de modelos para avaliação de impacto ambiental da piscicultura marinha. Foi informado ainda que a SEAP publicou uma tradução autorizada dos Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável, os quais provêm a base sobre a qual todas as partes interessadas poderão colaborar para um desenvolvimento mais sustentável do cultivo de camarão. Os Princípios Internacionais foram desenvolvidos pelo Consórcio sobre Carcinicultura e Meio Ambiente, formado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimento (FAO), pela Network of Aquaculture Centres in Asia-Pacific (NACA), pelo Programa Global de Ação para a Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Realizadas em Terra do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP/GPA), pelo Banco Mundial (WB) e pela World Wildlife Foundation (WWF). Planos integrados de gerenciamento costeiro devem ser elaborados, incluindo a carcinicultura e os outros tipos de aqüicultura, em locais ambientalmente apropriados. As áreas propícias para a implantação de fazendas de camarão, e outros tipos de aqüicultura, devem ser designadas como zonas dentro desses planos integrados de gerenciamento costeiro e de planos costeiros para a utilização do solo. Os Princípios Internacionais devem ser consultados na elaboração desses planos, assegurando que locais apropriados serão selecionados, e que os locais e as atividades de aqüicultura estarão dentro da capacidade de carga do ambiente costeiro, e que os conflitos com as demais atividades costeiras serão minimizados. Relatou que pedido da SEAP foi instituído um Grupo de Trabalho – GT em 2004, no âmbito da Câmara Técnica de Fauna, Biodiversidade de Recursos Pesqueiros do CONAMA com o objetivo de prover uma melhor orientação e referência legal sobre o assunto, para tratar da elaboração de uma Resolução CONAMA sobre o licenciamento ambiental da aqüicultura, com exceção da carcinicultura, cujo licenciamento já é normatizado pela Resolução

CONAMA no. 312/2003. O trabalho do GT já se encontra em fase final, tendo sido remetido à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para análise e posterior apreciação pelo plenário do CONAMA. Por fim, expressou que a responsabilidade para o gerenciamento costeiro integrado deve ser delegada à esfera administrativa local e deverá ser fornecida ferramenta adequada (SIG) e capacitação às instituições locais responsáveis para uma implementação bem sucedida do gerenciamento costeiro integrado. Os direitos de posse e de propriedade da terra devem ser claramente definidos em planos de gerenciamento costeiro de forma a incentivar o investimento em longo prazo, o projeto e a construção responsável de fazendas de camarão de acordo com os Princípios Internacionais. Por fim, noticiou que foi construída uma minuta de resolução para o licenciamento de aquicultura, dando resposta à Moção 90 do CONAMA.

- Marcos Maia (ANTAq) consultou a Plenária sobre a definição de um prazo para a apresentação dos resultados da oficina sobre a Agenda Ambiental Portuária a se realizar em fevereiro de 2009. Alberto Lopes propôs que os resultados possam ser levados à primeira reunião do GI-GERCO do próximo ano.
- Ariane Maciel (MCT) informou que, com recurso de 2 emendas parlamentares, o MCT está efetuando a aquisição do *software* PROCOST para estudo de batimentos sonográficos, a ser desenvolvido pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Foi posta em votação a proposta de inclusão da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) no GI-GERCO, tendo sido aprovada por unanimidade. Alberto Lopes voltou a dizer que uma minuta de portaria com proposta de nova composição do GI-GERCO foi entregue à SECIRM para análise, devendo ser providenciada, após aprovação, sua publicação no Diário Oficial da União.

Comandante Serra destacou a importância de que os Comitês de Articulação instituídos no PAF sejam reativados e que o GI-GERCO tenha uma agenda de trabalho em 2009, conforme determinado em seu regimento. Por fim, acredita que o foco do GI-GERCO para o próximo ano deva ser a questão de erosão costeira.

6. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião do GI-GERCO será marcada quando for definida a data da primeira reunião da CIRM do ano de 2009, devendo anteceder-lá.